

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.669 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2003

Senadores não querem no Piauí presos de alta periculosidade

Alberto Silva anunciou que os três senadores do Piauí se encontram hoje com o ministro da Justiça para pedir que o estado não receba presos de alta periculosidade.

PÁGINA 7

Comissões ouvem amanhã ministros da Educação e do Desenvolvimento

A Comissão de Educação receberá o ministro Cristovam Buarque. A de Assuntos Econômicos debaterá com Luiz Fernando Furlan, titular da pasta do Desenvolvimento.

PÁGINAS 4 E 5

Conselho discute capital estrangeiro nas empresas de TV a cabo

PÁGINA 4

Plenário deve votar medida que regulamenta o futebol

Pauta de amanhã do Senado inclui três medidas provisórias. Elas precisam ser votadas para que outros 14 projetos, inclusive os que tratam do combate à violência, sejam examinados

O projeto relacionado à regulamentação do futebol profissional obriga os clubes a publicarem seus balanços contábeis e fiscais, mesmo que não se transformem em empresas. De acordo com o texto, o Ministério Público poderá fiscalizar clubes, ligas, federações e confederações.

Outra MP diz respeito à atualização da frota de tratores e implementos agrícolas de produtores e cooperativas rurais. Já a medida sobre cooperativas de trabalho estabelece normas para a concessão de aposentadoria especial ao associado de cooperativa de trabalho ou de produção.

PÁGINA 3



José Cruz

Arthur Virgílio cobra do governo aumento para vigorar em abril



Roque de Sá

Paulo Paim defende 1º de maio para reajuste do mínimo e benefícios do INSS

Senadores debatem data do reajuste do mínimo

PÁGINA 8

Em poucos anos a água será um bem estratégico mais importante que o petróleo, avalia Teotônio

Teotônio alerta para escassez de água no mundo

PÁGINA 6

Embaixadores dos EUA e do Reino Unido falam na quinta sobre guerra

Comissão receberá diplomatas para debater os ataques lançados pelos exércitos da coalizão no Golfo Pérsico. Representante do Iraque no Brasil já foi ouvido há duas semanas



Geraldo Magela

Leonel Pavan: meta é ampliar a participação popular nas decisões

Pavan diz que Santa Catarina prioriza o social

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou o trabalho que o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique, está realizando desde que assumiu o mandato em janeiro, dando prioridade às ações de desenvolvimento social, regionalização do desenvolvimento e modernização do estado.

De acordo com Pavan, o governo Luiz Henrique tem por meta ampliar a participação popular nas decisões governamentais e, com a criação de administrações semi-autônomas para as 29 regiões de Santa Catarina, aumentar a eficiência da máquina administrativa.

Luiz Henrique, acrescentou o senador, pretende fazer um diagnóstico econômico do estado para formular políticas públicas para os vários setores, apoiar o desenvolvimento municipal, garantir qualificação permanente de mão-de-obra e formar um fundo para o financiamento de micros e pequenas empresas.

— O governo Luiz Henrique marca o início de uma administração que, em consonância com os princípios da coligação *Por toda Santa Catarina*, da qual participei, será voltada para o desenvolvimento em benefício de toda a população do estado — finalizou.

Em reunião extraordinária marcada para quinta-feira, às 10h, os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) devem receber em audiência pública os embaixadores do Reino Unido, Roger Bone, e dos Estados Unidos, Donna Hrinak, para falarem sobre o ataque ao Iraque pelos dois países.

A CRE já ouviu, em conjunto com a CRE da Câmara dos Deputados, o embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy. Na ocasião —



José Cruz

Marcelo Crivella quer convidar embaixador alemão para vir à CRE

um dia após a deflagração do conflito —, os senadores e deputados foram unânimes em con-

denar o início da guerra sem a aprovação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A pedido do vice-presidente da CRE, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), Suplicy comprometeu-se a convidar para uma data próxima o embaixador da Alemanha no Brasil, Uwe Kaestner. Segundo Crivella, a Alemanha deve se tornar brevemente o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos, superando a Argentina.

Indicação de Itamar é examinada amanhã

A indicação do ex-presidente da República e ex-governador de Minas Gerais Itamar Franco como embaixador do Brasil na Itália será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), amanhã, a partir das 17h30. Em sessão secreta, conforme determina o Regimento Interno, Itamar será sabatinado pelos senadores sobre o que pretende realizar no cargo. A indicação ainda depende de votação em Plenário.

A CRE também apreciará as indicações do ex-deputado federal Tilden José Santiago para embaixador em Cuba, e de Celina Maria Assumpção do Valle Pereira para a Suíça.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) é o relator da indicação de Itamar Franco, de quem foi líder do governo no Senado. O senador Tião Viana (PT-AC) é o relator da indicação de



Roosevelt Pinheiro

Simon é relator da indicação do ex-presidente para servir em Roma

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) é o relator da indicação de Celina Maria Assumpção.

Sarney participará de encontro do Mercosul



Ministro do TSE, Carlos Caputo (E), Reginaldo Arcuri e José Sarney, durante a audiência

Jane de Araújo

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na sexta-feira o diretor da Secretaria Técnica do Mercosul, Reginaldo Arcuri, e comprometeu-se a participar de encontro de lideranças parlamentares da organização, no segundo semestre, em Montevideu (Uruguai).

Acompanhado do ministro Carlos Caputo, do TSE, Arcuri falou a Sarney sobre a reformulação da Secretaria do Mercosul, agregando às funções administrativas outras de acompanhamento e análise do processo de integração. Ele explicou a importância da reunião em Montevideu.

— Será um evento de alto nível, permitindo que as principais lideranças dos legislativos dos quatro países possam ampliar a discussão sobre integração, e de como ela pode ser acelerada e aprofundada sob a ótica legislativa — afirmou.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

14h30 — Conselho de Comunicação Social
Pauta: exposição dos diretores da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), José Francisco de Araújo Lima e Alexandre Annenberg, para subsidiar o exame do PLS nº 175/01, e discussão sobre o projeto com a presença do consultor legislativo do Senado Paulo Rodolfo Rodrigues Pereira. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: MP nº 79/02, altera dispositivos da lei que institui normas gerais sobre desporto; MP nº 80/02, altera artigo da lei que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; PLC nº 92/01, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural; discussão em turno único, em regime de urgência, o PLS que altera artigos do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal (altera a pena máxima para 40 anos; aumenta pena para homicídios qualificados; introduz como homicídio qualificado o praticado contra magistrados, membros do Ministério Público, jurados e policiais); terceira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que acrescenta aos direitos sociais a alimentação; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC sobre gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito; PLC que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes de trabalho em localidades onde não existe o SUS; entre outros.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC que determina fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC sobre gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que institui o voto facultativo; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que torna facultativo o voto; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que facilita a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais; entre outros.

Quinta-feira

14h30 — Comparecimento do ministro Marcio Thomaz Bastos, da Justiça, a fim de prestar esclarecimentos acerca da violência urbana e descriminalização de drogas.

Sexta-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota a regulamentação do futebol

Senadores devem examinar amanhã três medidas provisórias para desobstruir a pauta. As outras duas matérias tratam do Programa de Modernização da Frota Agrícola e das cooperativas de trabalho

A pauta de amanhã do Senado prevê a votação de três medidas provisórias (MPs). Enquanto elas não forem votadas, a pauta do Senado – com outros 14 itens – permanece obstruída. Também não se pode decidir sobre matérias de caráter terminativo nas comissões permanentes.

Uma das MPs regulamenta o futebol profissional, obrigando os clubes a publicarem seus balanços contábeis e fiscais, mesmo que não se transformem em empresas. Na verdade, o que os senadores deverão votar é o texto do deputado Gervásio Silva (PFL-SC), relator na Câmara, que modificou o projeto do Executivo.

De acordo com o texto, o Ministério Público poderá fiscalizar clubes, ligas, federações e confederações. Os clubes terão que publicar os balanços fiscais e contábeis até o mês de abril do ano subsequente ao exercício financeiro. Os clubes de futebol não serão obrigados a se transformar em empresas, e nesse caso serão regidos pelo Código Civil. No caso dos chamados clubes-empresa, as atividades serão regidas pela lei referente à constituição que tiverem escolhido.

Em ambos os casos, os dirigentes que praticarem gestão fraudulenta serão responsabilizados pelos seus atos. O patrimônio pessoal de dirigentes, sócios e cotistas poderá ser confiscado.

O texto trata da segurança nos



Senadores vão examinar projetos relativos à segurança pública e ao combate à criminalidade assim que a pauta for desobstruída

estádios, determinando a realização de inspeções, acompanhadas pelo Ministério Público, das condições de segurança e higiene dos estádios, antes e durante as competições esportivas.

Outra preocupação é a saída prematura de jovens jogadores para o exterior, antes de se tornarem profissionais. O projeto estabelece que os atletas só poderão se transferir depois dos 18 anos. Os contratos entre jogador e clube terão validade de cinco anos.

FROTA

Também está na pauta a medida provisória sobre o financiamento do Programa de Modernização da Frota Agrícola. Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o programa destina-se à atualização da frota de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas de produtores e cooperativas rurais. Criado em 2000, o Moderfrota liberou R\$ 5,57 bilhões em empréstimos até o ano passado.

Já a medida provisória nº 83, de 2002, trata de cooperativas de trabalho, dispondo sobre a concessão de aposentadoria especial ao associado de cooperativa de trabalho ou de produção. Entre outras determinações, a MP indica que as disposições legais sobre aposentadoria especial do segurado da Previdência Social passam a se aplicar também aos cooperados filiados a cooperativa de trabalho que estejam sujeitos a condições que prejudiquem sua saúde ou integridade física.

Se houver decisão sobre as medidas provisórias, o Plenário poderá examinar projetos relativos à segurança pública e ao combate à criminalidade. Um deles aumenta a pena nos crimes de homicídio e lesão corporal. Outra proposta de aumento de pena, de autoria do presidente do Senado, José Sarney, aumenta a punição para 40 anos de detenção no caso de homicídio de magistrados, membros do Ministério Público, jurados e policiais.

Projeto inclui rodovia no plano de viação

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) tem reunião amanhã, às 14h, na qual vai discutir a proposta do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação para inclusão de rodovia de ligação entre as rodovias BR-482 e BR-262, no estado do Espírito Santo. A matéria, que será votada em caráter terminativo, conta com parecer favorável do relator, José Maranhão (PMDB-PB).

Os senadores vão examinar ainda



Camata propõe que rodovia capixaba entre na relação descritiva

projeto que dispõe sobre o estabelecimento do horário de verão no país em datas determinadas e nas regiões específicas e o que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás, Tocantins e no Distrito Federal.

Também está na pauta, com voto pela rejeição, projeto que suspende as licitações de novas áreas para exploração de petróleo, até que o Congresso aprove o planejamento estratégico do país, proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Conselho de Ética ouve jornalistas da "IstoÉ"

Os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiller Diniz, autores das reportagens publicadas pela revista *IstoÉ* que denunciaram as escutas telefônicas clandestinas realizadas na Bahia, deverão prestar depoimento nesta quinta-feira aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

O pedido, feito pelo relator do caso no colegiado, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), foi apro-

vado por nove votos a cinco e provocou longo debate no conselho na reunião da última quinta-feira. Uma parte dos integrantes do conselho apoiou a ideia do relator, enquanto outros senadores defenderam o depoimento dos dois jornalistas primeiramente à Polícia Federal. Foi vencedor o entendimento de que o Conselho de Ética tem autonomia e autoridade para solicitar os depoimentos que considerar adequados.

Medidas têm prazo de votação

O instituto da medida provisória (MP), em nível federal, vigora desde a Constituinte de 1988 e tem como objetivo permitir que o presidente da República edite normas com força de lei imediata, desde que tratem de assuntos relevantes e urgentes.

A medida provisória, depois de publicada no Diário Oficial da União, é encaminhada ao Congresso Nacional, que tem prazo de 45 dias para seu exame. Caso não seja votada nas duas Casas, é concedida automaticamente urgência ao projeto. Com isso, a pauta da Casa onde a medida provisória se encontra fica "trancada" e nenhuma outra proposta pode ser votada antes da MP.

A tramitação da MP é iniciada no Congresso pela análise de uma comissão mista (senadores e deputados), responsável pela apresentação de parecer

único sobre a constitucionalidade, urgência e relevância da MP, sobre sua adequação financeira e orçamentária e sobre seu mérito.

Em seguida, a medida vai a votação em Plenário, inicialmente pela Câmara dos Deputados e, depois, pelo Senado Federal.

Toda medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por igual período. Caso o Congresso não se manifeste sobre o assunto nesse período, a MP perderá seus efeitos, ficando o Congresso obrigado a disciplinar as relações jurídicas decorrentes da medida que perdeu seus efeitos.

É vedada a edição de MP sobre assuntos relacionados, entre outras coisas, à nacionalidade, direitos políticos, organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, partidos políticos e direitos eleitorais, planos plurianuais, orçamentos e créditos.

César Borges quer maior controle das fronteiras

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou que o governo federal precisa tomar as medidas que forem necessárias para fechar as fronteiras brasileiras em pontos estratégicos, a fim de impedir o prosseguimento do tráfico de armas e drogas. Para o parlamentar, essa atividade ilegal é uma das principais fontes que alimentam a violência urbana e o crime organizado no país. César Borges é membro da Subcomissão de Segurança, criada no âmbito da CCJ com o objetivo de propor medidas para combater a



Tráfico de armas e drogas passa pelas fronteiras, alerta César Borges

criminalidade e impedir seu crescimento.

– O país não produz fuzis AR-15 nem cocaína, mas nossos policiais precisam enfrentar o tráfico de drogas e armas pesadas, que passam livres pelas fronteiras.

César Borges lembrou que, na reunião de quinta-feira, o presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), destacou que os integrantes da subcomissão foram "escolhidos a dedo" entre os senadores de maior experiência no combate à violência.

Comissão vota normas para mais segurança nos estádios

Estatuto de Defesa do Torcedor, já aprovado na CE e na CCJ, vai quinta-feira a exame da Comissão de Assuntos Sociais

O projeto de lei de iniciativa da Presidência da República que institui o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado quarta-feira passada pelas Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é o principal item incluído na pauta da reunião de quinta-feira, às 10h, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O parecer do relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), é pela aprovação da matéria.

O Estatuto de Defesa do Torcedor é um conjunto de normas condensadas em 45 artigos que tem como principal objetivo garantir a proteção das pessoas que comparecem aos estádios de futebol e ginásios esportivos. Uma das alterações propostas é impedir quem tumultuar, incitar à violência ou invadir campos de futebol ou quadras de ginásios de comparecer às praças esportivas, pelo prazo de



Célio Azevedo

Sérgio Guerra dá parecer favorável na CAS ao Estatuto de Defesa do Torcedor

três meses a um ano.

Tramitando em regime de urgência, com prazo determinado de 45 dias para ser apreciado, o projeto, se aprovado sem apresentação de emenda pela CAS, seguirá direto para apreciação do Plenário do Senado, que terá prazo até o dia 12 de abril para votá-lo. Caso venha a ser aprovado, seguirá para a sanção presidencial.

Também está na pauta da CAS

parecer favorável do senador Sibá Machado (PT-AC) ao projeto do deputado Fernando Gabeira (PT-RJ) que fixa normas gerais para a prática do naturismo e cria espaços naturistas. O naturismo é o conjunto de práticas de vida ao ar livre em que é utilizado o nudismo como forma de desenvolvimento da saúde física e mental das pessoas de qualquer idade, por meio de sua plena integração com a natureza.

TV e rádio podem ter cursos de idiomas

A Comissão de Educação (CE) examinará em reunião na quarta-feira, a partir das 10h, projeto de lei do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO) que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações para que pelo menos 5% da programação de rádio e de televisão transmitida entre 6h e 18h sejam destinados à veiculação de cursos de línguas estrangeiras. Para Maguito, a iniciativa procura adequar o Brasil à realidade do mercado internacional e da globalização. As emissoras que não veicularem esses cursos poderão receber multa variável de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil.

— Há crescente e premente necessidade de conhecimento de línguas estrangeiras por parte de cada trabalhador e de cada cidadão, tornando tal habilidade fator vital no bom desempenho do trabalhador e do empresariado nacional — afir-



Roosevelt Pinheiro

Parecer de Hélio Costa é pela rejeição do projeto que torna cursos de idiomas obrigatórios no rádio e TV

mou o senador em sua justificativa para o projeto de lei.

Maguito explicou ainda que a proposta busca beneficiar uma grande parcela da população que não pode arcar com os custos de um curso particular de língua estrangeira, acarretando, com isso, a perda de oportunidades de negócios que poderiam ajudar o equilíbrio da balança comercial

brasileira. O senador ainda apresentou como argumento o artigo 38 do mesmo código que determina que os serviços das emissoras “estão subordinados às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses da nação”. O projeto tem parecer do senador Hélio Costa (PMDB-MG) pela rejeição.

A CE ainda analisará os projetos de lei do ex-senador Blairo Maggi, que quer proibir as instituições públicas de transferirem o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas, e do senador Edison Lobão (PFL-MA), que regulamenta o direito a férias para estagiários. Outros 44 projetos de decreto legislativo que autorizam a concessão de serviços de radiodifusão em diversos municípios também estão incluídos na pauta de trabalhos da comissão.

Subcomissões da criança e do idoso começam a funcionar

A Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será instalada amanhã, às 14h. A criação da subcomissão foi proposta pelas senadoras Patrícia Saboya (PPS-CE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Também amanhã, às 14h30, os senadores se reúnem para instalar a Subcomissão Temporária do Idoso, proposta pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).

As comissões temporárias têm um prazo de duração de seis meses, que poderá ser prorrogado



José Cruz

Patrícia é uma das proponentes da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude

por igual período. Cada uma das subcomissões será constituída por sete membros titulares.

Cristovam explica planos na Comissão de Educação

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, comparecerá à Comissão de Educação (CE), em audiência pública, amanhã, às 11h. Ele vai explicitar aos senadores as

diretrizes e programas prioritários de seu ministério. A proposta de convite ao ministro partiu dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Hélio Costa (PMDB-MG).

Projeto exige ação de psicólogo hospitalar em serviços de saúde

A presença do psicólogo hospitalar será obrigatória nos serviços de saúde pública e privada do país, caso seja aprovado o projeto de lei do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador argumenta que o papel desse profissional é importante na diminuição da dor do enfermo e sua família, além de dotar os hospitais de práticas humanizantes voltadas para o aperfeiçoamento no atendimento dos pacientes.

“Vale ressaltar que, em 2001, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (SP), uma das mais conceituadas do país, promoveu concurso público para seleção de profissional especialista em psicologia hospitalar, visando ao aperfeiçoamento no atendimento aos seus pacientes”, disse o senador em sua jus-



Gerardo Magela

João Alberto assinala importância da presença de psicólogo hospitalar

tificativa.

Citando as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, o senador enumerou os trabalhos exercidos pelos profissionais em questão. Dentre elas, está a intervenção na relação médico-paciente, paciente-família, paciente-paciente e do paciente quanto ao processo de adoecer, de hospitalização e de cura, promovendo a recuperação da saúde física e mental do enfermo.

Conselho debate participação de capital estrangeiro na TV a cabo

O Conselho de Comunicação Social (CCS) se reunirá hoje, às 14h30, para analisar e emitir parecer sobre projeto de lei que autoriza a participação de

capital estrangeiro nas TVs a cabo. Na ocasião, os diretores jurídico e executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura

(ABTA), José Francisco de Araújo Lima e Alexandre Annenberg, farão uma exposição para subsidiar o parecer a ser apresentado

sobre a matéria pelo Conselho de Comunicação Social. Os membros do conselho também darão início à discussão do assunto na

reunião, que contará com a presença do consultor legislativo do Senado Federal Paulo Rodolfo Rodrigues Pereira.

Comissão examina regras para o fomento mercantil

Proposta estabelece que empresas de "factoring" devem ser constituídas como sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada

O projeto do ex-senador José Fogaça que regula as atividades de fomento mercantil, também conhecido como *factoring*, deverá ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira, a partir das 10h, em turno suplementar e caráter terminativo. O texto em exame é um substitutivo apresentado pelo então relator, ex-senador Casildo Maldaner.

O substitutivo estabelece que as empresas de *factoring* devem se constituir sob a forma de sociedade anônima ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada. As receitas operacionais não poderão entrar em conflito com as operações de natureza das instituições financeiras. Pela proposta, as empresas de fomento mercantil também não poderão adquirir créditos de entidades da administração pública.

Outra proposição a ser votada pela CCJ em caráter conclusivo é o projeto de lei que obriga a notificação da liberação de recursos federais para as respectivas assembleias legislativas dos estados beneficiados. De autoria do ex-senador Ademir Andrade, a matéria recebeu substitutivo elaborado pelo relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), pedin-



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve examinar nesta quarta-feira, em caráter terminativo, três projetos de lei

do sua aprovação. Já com parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria, se aprovada, também terá de ser submetida a turno suplementar.

PROCESSO PENAL

Terá ainda decisão final na CCJ o projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que propõe a adequação do Código de Processo Penal (CPP) à Constituição federal. A proposta, que tem parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), acrescenta à legislação a exigência constitucional de que cabe privativamente ao Ministério Público promover a ação penal pública e exercer o controle exter-

no da atividade policial.

O argumento de Jefferson Péres, repetido no relatório de Simon, é que a ausência dessa determinação no Código de Processo Penal tem provocado "desnecessários atrasos e falhas processuais, além de conflitos de competência entre o Ministério Público e a autoridade policial, que são, em muito, responsáveis pela frustração da persecução criminal".

O projeto acolhido por comissão em caráter terminativo é tido como definitivamente aprovado se não for apresentado, no prazo regimental, recurso suscrito por nove senadores solicitando o envio da matéria ao Plenário.

Ministro do Desenvolvimento participa de audiência na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove amanhã audiência pública com a participação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. O objetivo é discutir o papel que o ministério desempenhará no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Na primeira parte da reunião, marcada para as 10h, os senadores da CAE devem analisar uma pauta composta de oito proposições.

Uma das matérias incluídas na pauta da CAE é o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que determina repasse de 10% dos recursos arrecadados pelas loterias admi-

nistradas pela Caixa Econômica Federal aos municípios com até 250 mil habitantes. O dinheiro seria aplicado em programas de bolsa de estudos para o ensino fundamental.

Também consta da pauta substitutivo do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) a projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que obriga as empresas privatizadas a manter seu capital aberto. A proposta do parlamentar paranaense também define que compete à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) zelar pelo cumprimento dessa determinação. Na reunião da semana passada, foi concedida vista coletiva da matéria.

Parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) favorável a pro-



Proposta de Mozarildo beneficia municípios com repasse de 10% de recursos das loterias da Caixa

jeto apresentado em 2001 pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE), estabelecendo tarifas diferenciadas de energia elétrica para a aquicultura, também deverá ser apreciado pela CAE. A matéria deixou de ser examinada na última reunião em virtude de um pedido de vista coletiva.

Presidente do BC faz avaliação de metas monetária e cambial

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, apresenta amanhã, a partir das 15h, à Comissão Mista de Orçamento (CMO), em audiência promovida conjuntamente com outras comissões, relatório sobre a avaliação do cumprimento das metas e dos objetivos traçados para as políticas monetária, creditícia e cambial no segundo semestre de 2002.

A prestação de contas a ser feita por Meirelles é uma exigência prevista no artigo 9º, parágrafo 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo esse dispositivo, o Banco Central tem prazo de 90 dias, após o encerramento de cada se-

mestre, para apresentar um balanço daquelas políticas em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional. A iniciativa deve evidenciar o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Além da Comissão Mista de Orçamento, promovem essa audiência pública as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado, e as Comissões de Finanças e Tributação; de Economia, Indústria e Comércio; e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

CORREÇÃO

Na edição de quarta-feira, 26, página 7, o *Jornal do Senado* publicou matérias especiais sobre o trabalho da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf), com números desatualizados. Reproduzimos as tabelas publicadas com os dados revisados e atualizados.

INDICADORES ECONÔMICOS E FISCAIS SELECIONADOS				
	2001	2002	2003	2004
	Realizado	Realizado	Lei Orçamentária	Metas ⁽¹⁾ Mercado ⁽²⁾
INFLAÇÃO				
- Índice médio IGPDI - % aa			17,43%	
- Índice ponta IGPDI - % aa				8,48%
CÂMBIO FINAL DE PERÍODO				
R\$/US\$-dez	2,35	3,53		3,75%
TAXA DE JUROS NOMINAL¹				
Em % aa				
RESULTADO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO				
% do PIB	-3,67%	-4,61%		
RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO (% do PIB)				
- Total	3,64%			
- União (Governo Central)	1,83%	2,39%		
- Estados ²	0,93%	0,74%		
- Estados e Municípios	0,87%	0,79%		
DÍVIDAS LÍQUIDAS DO SETOR PÚBLICO				
				54,50%
DÍVIDA BRUTA PÚBLICA FEDERAL				
Em bilhões de reais				
Outras	557,46	507,63	734,98	

(2) Relatório de Mercado de 21/03, Focus, Banco Central

(3) Meta Indicativa da LDO para 2003

RESULTADOS DO GOVERNO FEDERAL				
PRINCIPAIS ITENS	2001	2002	2003	
	Realizado	Realizado	% PIB	% PIB
A- RESULTADO PRIMÁRIO²				
1. Receitas Primárias		321,9	24,1%	
2. Transf. Constitucionais a Estados e Municípios		54,4	4,1%	
3. Receita Líquida de Transferência Constitucionais (1-2)		267,4	20%	
4. Despesas Primárias		235,5		
- Pessoal			5,6%	
- Investimentos			0,8%	
- Demais			11,3%	
5. Resultado Primário (3-4)		31,9		
B- JUROS LÍQUIDOS³ (1-2)				
2. Despesas de juros ⁴				
D- RESULTADO DA PREVIDÊNCIA				
1. Contribuição de Empregadores Trabalhadores à Seguridade Social			5,3%	
2. Benefícios do RGPS			6,6%	
3. Resultado do RGPS (1-2)		1,1%	1,3%	1,28%
E- RESULTADO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO				
2. Despesas com Inativos, Pensionistas e Segurados ⁵			2,6%	
3. Resultado da Previdência Pública (1-2)			-2,2%	1,45%

(1) Decreto de Contingenciamento de 2003

(4) Conceito orçamentário

(2) Inclui resultados do RGPS e da Previdência do Setor público

(3) Para o Decreto, dados estimados

(5) Calculados pelo Banco Central

Fonte: Banco Central, STN, SOF e Lei Orçamentária (Lei 10.640/2003) e mensagem 764, do PLOA 2003.

Teotonio alerta para a escassez da água

Senador defende suspensão do bloqueio de dotações destinadas à Agência Nacional de Águas (ANA), para que órgão possa cumprir seu papel de guardião do uso e manejo desse recurso natural

Das 20 maiores cidades do mundo, 18 delas, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, estão em países pobres e nenhuma tem água suficiente para a população. Os dados foram apresentados sexta-feira, em Plenário, pelo senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), durante pronunciamento em que defendeu a suspensão do contingenciamento de recursos da Agência Nacional de Águas (ANA).

O senador entende ser necessária a manutenção dos recursos orçamentários destinados à ANA, para que ela cumpra o papel de guardião do uso e manejo das águas. Para este ano, afirmou, o Orçamento destinou R\$ 87 milhões, mas a



Teotonio Vilela: contingenciamento atingiu metade da verba do órgão

previsão de disponibilidade é de apenas R\$ 44 milhões, devido ao contingenciamento.

Teotonio ressaltou que há dez

anos, de acordo com o Banco Mundial, 250 milhões de pessoas, em 26 países, já sofriam a escassez crônica de água. E que, a cada 21 anos, a demanda por esse bem tem dobrado. Em poucos anos, previu o senador, o bem estratégico mais precioso já não será o petróleo, mas a água. Ele lembrou notícia divulgada na semana passada, dando conta de que os árabes estão comprando água da Bulgária a preço sete vezes mais alto que o petróleo.

Segundo o parlamentar, relatório das Nações Unidas divulgado em 22 de março último – Dia Mundial da Água –, durante o Tercei-

ro Fórum Internacional da Água, em Kyoto (Japão), destaca que “os problemas mais importantes do século 21 são a qualidade e a gestão da água”.

Teotonio recordou as dificuldades enfrentadas pelos nordestinos com a escassez de água, apesar de o Brasil dispor de 12% de toda a água doce do mundo. E criticou o fato de o governo brasileiro não ter assumido, na última semana, qualquer defesa da proposta das organizações não-governamentais que pediam que a ONU considerasse como direito o acesso a um mínimo de 50 litros de água por habitante/dia. O Brasil, registrou, defendeu,

“numa linha comodamente conceitual”, apenas que se considerasse a água como bem social, sobre o qual as nações devem exercer sua soberania.

Teotonio disse que a única saída para o problema da escassez de água, tanto para o Brasil quanto para o mundo, é a sua preservação. Ele advertiu que é preciso evitar que a poluição inutilize para o consumo os recursos hídricos e que o assoreamento esterilize os rios, “para que a história não nos condene como a geração que usurpou do futuro do Brasil exatamente o bem estratégico mais abundante que a natureza nos confiou”.

Patrícia cobra medidas para enfrentar má distribuição

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) presidiu sexta-feira, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o seminário “Água, Desenvolvimento e Justiça Ambiental”, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Patrícia lembrou, durante o evento, que o problema da escassez e da má distribuição de água constitui “um dos maiores desafios para o mundo no início deste novo milênio”. Segundo estatísticas do Ministério do Meio Ambi-

ente, cerca de 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável no mundo e 2,4 bilhões não dispõem de infra-estrutura de saneamento.

Ela ressaltou, também, a necessidade de os governantes adotarem cada vez mais iniciativas que objetivem evitar o atual quadro de dificuldade de acesso a água por parte da população brasileira. “Precisamos exterminar do país a lírica imagem de “marias com latas d’água na cabeça”, disse.

Luiz Otávio: aumenta uso do curauá pela indústria

Falando em nome da liderança do PMDB, na sexta-feira, o senador Luiz Otávio (PA) manifestou em Plenário sua satisfação com os resultados positivos alcançados pelo acordo firmado entre o governo de seu estado, o Pará, e a empresa paulista Pematec Triegel para produção, beneficiamento e comercialização da fibra do curauá. Ele informou que a planta amazônica é cultivada há décadas na região para produção de cordas e dá origem a uma fibra muito resistente e forte.

Luiz Otávio disse que pesquisas realizadas pela Universidade Estadual do Pará (Uepa), com o apoio da empresa paulista e do então governador Almir Gabriel, comprovaram a qualidade e a utilidade da fibra. Atualmente, contou o



Luiz Otávio lembrou que produto é utilizado na fabricação de bancos de automóveis

senador, o produto é industrializado em grande quantidade em Largo Grande, localidade próxima a Santarém, e já está sendo utilizado na fabricação de bancos para as montadoras Mercedes-Benz e Chrysler. O curauá eleva o nível de segurança e resistência dos bens produzidos.



Sérgio Zambiasi quer permitir compra de carro adaptado para atividade remunerada

Projeto amplia isenção de IPI para deficiente

Projeto de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), permite a portadores de deficiência física adquirir, com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), veículos adaptados para utilização em atividade remunerada.

A proposta de Zambiasi modifica a lei que isenta do tributo automóveis adaptados para portadores de deficiência ou adquiridos para transporte autônomo de passageiros (táxi) e condução escolar.

Uma resolução de novembro de 1998 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) impede as pessoas portadoras de deficiência de usar o automóvel adaptado para trabalhar. Na opinião de Zambiasi, essa proibição é arbitrária e injusta, já que não diferencia os graus e tipos de incapacidade do portador de deficiência.

Papaléo pede obras de infra-estrutura no Amapá

O estado do Amapá tem 58% de seu território transformado em área de preservação ambiental, sendo que só o Parque Nacional de Tumucumaque, criado em agosto de 2002, ocupa 28% da área do estado. O senador Papaléo Paes (PTB-AP) chamou atenção para esse fato, sexta-feira, ao cobrar do governo federal medidas para compensar essa situação.

Entre os pedidos do senador estão a liberação imediata e integral dos recursos alocados para o asfaltamento das rodovias BR-156 e BR-210. O senador destacou que o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, esteve no estado, viu a “calamidade” dos municípios isolados e comprometeu-se, junto ao governo estadual, em mandar recursos para pavimentação das duas estradas.



Papaléo Paes: estado deve ter compensação por abrigar grande área de reservas naturais

– Queremos também, como compensação, obras de infra-estrutura, saneamento básico, melhoria no fornecimento de água e extensão da rede de energia elétrica, além da criação de um fundo permanente para o desenvolvimento do estado e de municípios do entorno do parque – reivindicou Papaléo.

Heráclito elogia discurso de desembargador piauiense

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) solicitou a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo desembargador Raimundo Nonato da Costa Alencar durante a abertura do ano judiciário de 2003, no Tribunal de Justiça do Piauí.



Heráclito Fortes pediu inserção da íntegra do pronunciamento nos Anais

Citando as palavras do magistrado, Heráclito Fortes disse ser errado apontar o Poder Judiciário “como responsável por boa parte das mazelas do cotidiano brasileiro e que o esforço de todos os setores representativos da sociedade é importante para corrigir suas imperfeições”.

Magno Malta quer combate à corrupção entre policiais

Para o senador, não adianta construir presídios federais de segurança máxima se a guarda não for qualificada, com salário diferenciado

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou sexta-feira que o problema da construção de presídios federais e da transferência do preso Fernando Beira-Mar não está na definição da cidade que vai abrigar bandidos de alta periculosidade nem no traficante, mas



Magno Malta anuncia doação ao programa Fome Zero

“no salvo-conduto, na corrupção na polícia, na corrupção de agentes penitenciários”.

— O problema não é o Beira-Mar. Ele é só um sujeito que tem capacidade de corrupção com o dinheiro obtido em atividades ilícitas, que opera com os corruptíveis que estão do lado de fora das grades — afirmou o senador, para quem, “se os governadores querem se ver livres do crime organizado, têm de ter a coragem de acabar com a par-

te podre das polícias”.

Para Magno Malta, de nada adianta construir presídios federais de segurança máxima se a guarda não for federal, qualificada, com salário diferenciado, com homens reciclados, “filtrados”, de bom caráter, e que, para terem segurança, e saiam do estabelecimento encapuzados.

O senador disse que, em lugar do programa Fome Zero, o governo poderia desenvolver o programa “Você tem fome de quê?” — frase de uma música do grupo Titãs. Segundo Magno Malta, alguns diriam que têm fome de cultura, outros, de alimentos, e outros, de segurança.

— Percebo que a fome mais urgente neste país é a fome de segurança — acrescentou.

Senadores não aceitam Beira-Mar no Piauí

Os três representantes do Piauí no Senado terão audiência com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, hoje, para pedir que o governo não faça a reforma na penitenciária federal de Demerval Lobão, município vizinho à capital piauiense, Teresina, para abrigar presos de alta periculosidade como Fernandinho Beira-Mar.

Ao anunciar o encontro, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que levará ao ministro proposta alternativa para construção no país de um “Quadrilátero de Segurança Máxima”, como denominou, que seria constituído de unidades do Exército e da Polícia

Federal e áreas apropriadas para manter os delinquentes em completo isolamento. O projeto, com capacidade para 500 detentos, envolveria quatro unidades da Federação.

Durante a audiência agendada, segundo Alberto Silva, pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ele e os outros dois senadores do Piauí, Mão Santa (PMDB) e Heráclito Fortes (PFL), irão solicitar que o Executivo transfira o dinheiro da reforma da



Alberto Silva sugere “Quadrilátero de Segurança Máxima”

penitenciária para finalizar as obras do pronto-socorro de Teresina e do hospital universitário. Alberto Silva ainda fez apelo ao governador do Piauí, Wellington Dias, para que desista da reforma da penitenciária.

A proposta de um “Quadrilátero de Segurança Máxima” foi apoiada pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Já a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) deplorou que toda a mídia esteja ocupada com a “nefasta figura” de um traficante.

Almeida Lima: penitenciária federal é punição ao Piauí

O senador Almeida Lima (PDT-SE) classificou na sexta-feira como “estapafúrdia” a decisão do governo federal de construir no Piauí uma penitenciária de segurança máxima. “Quem pariu Mateus que o embale”, disse o senador, referindo-se ao fato de que o Piauí tem os melhores índices de segurança pública do país, e não pode, segundo ele, receber criminosos do



Almeida Lima considera a decisão “estapafúrdia”

Rio de Janeiro e de São Paulo.

Para Almeida Filho, se o Piauí tem os melhores índices de segurança do país é porque seus governos e sua população fizeram por onde. “Em vez de ser premiado, o Piauí vai ser punido, apenas, pelo bom desempenho, o que é uma total incoerência”, afirmou.

Almeida Filho homenageou em

seu discurso a vice-governadora de Sergipe, estado que representa. Marília Mandarino assumiu o governo porque o titular, João Alves Filho, está no Chile, negociando contratos para revitalizar a agricultura do estado.

— A governadora Marília Mandarino é a primeira mulher a assumir o governo do estado, é um feito histórico — observou o senador, lembrando que Marília é mulher do atual prefeito da cidade de Itaporanga da Ajuda, César Mandarino.

Serys defende rejeição de veto ao uso da Cide em estradas

Os recursos recolhidos até o momento com a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) já seriam suficientes para recuperar toda a malha viária do país, disse na sexta-feira a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Por isso, ela defendeu que



Serys: valor arrecadado já dá para recuperar toda a malha viária do país

o Congresso derrube os vetos impostos pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso aos itens da legislação que trata da Cide e que impedem a sua utilização para tal fim.

— É justo que se pague esse tributo, mas também é justo que a população se beneficie de sua aplicação. É preciso que fique claro que a legislação foi vetada exatamente em seu item definidor do fim para o qual foi criada, que é a recuperação da malha viária do país. O dinheiro está aí e o povo está sofrendo com as estradas estragadas. Nós não estamos pedindo nada demais, apenas o que a lei prevê — afirmou.

Serys contou que encaminhou pedido de informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre o valor exato já recolhido com a Cide. De acordo com seus levantamentos, observou ela, o montante já passaria de R\$ 8 bilhões e poderia

estar perto de R\$ 12 bilhões. “Esse dinheiro é mais do que suficiente para recuperar todas as estradas do país”, frisou.

Ela esclareceu que esse é um assunto que interessa a todos os estados, mas tem relevância fundamen-

tal para o Mato Grosso, pois, destacou, seu estado precisa de bons canais de escoamento para os seus produtos, especialmente da soja — de que é o maior produtor mundial. Algumas rodovias que cortam o estado, lembrou ela, como as BRs 158, 163 e 364, necessitam, urgentemente, de recuperação ou de finalização.

Serys comunicou ainda que o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, em visita recente a várias cidades mato-grossenses, ficou empolgado com o potencial agropecuário local.

Em aparte, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) solidarizou-se com a preocupação da senadora e disse que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) criou uma subcomissão dos transportes destinada a analisar propostas e soluções para o setor.

Quintanilha: Belém-Brasília exige recuperação emergencial

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) fez um apelo na sexta-feira ao ministro dos Transportes, Anderson Adauto, pela recuperação emergencial de um trecho de 200 quilômetros da rodovia Belém-Brasília, que está em péssimas condições de tráfego. Segundo o senador, a situação tende a se agravar com o início da colheita e do escoamento da safra agrícola deste ano.

— A situação da Belém-Brasília está implicando graves prejuízos para estados como Pará, Maranhão e Tocantins. Faço esse apelo veemente e recorrente para que o Ministério dos Transportes cuide da rodovia — salientou.



Conforme Quintanilha, início da safra vai agravar a situação

Uma recuperação emergencial, com uma operação do tipo “tapa-buracos”, disse Quintanilha, não vai representar custos elevados. Por outro lado, o senador registrou que a estrada vem causando grandes prejuízos, “danificando carros e cargas, ceifando vidas, propiciando assaltos”.

— Esse cenário caótico vai se agravar agora, com a safra. No Tocantins, a área plantada vem dobrando. Apesar de termos boas estradas vicinais, na Belém-Brasília os motoristas têm que empreender uma verdadeira guerra para vencer esse trecho — afirmou.

Criar empregos é prioridade de João Ribeiro

Senador do PFL do Tocantins anuncia apresentação de projetos estabelecendo políticas que causem “impacto social”, capazes de produzir resultados efetivos para diminuir o desemprego e o subemprego no Brasil

O senador João Ribeiro (PFL-TO) apon- tou, na sexta-feira, a geração de emprego e renda como o tema prioritário de sua atuação no Senado. Ele sugeriu, em Plenário, que políticas públicas criativas sejam adotadas para combater, em caráter de emergência, o desemprego e o trabalho precário, que, na sua opinião, estão entre os piores problemas sociais do país.

João Ribeiro chamou de “catástrofe social” o desemprego medido pelos institutos de pesquisa, comparando o índice brasileiro ao dos países europeus que enfrentam altos níveis de desocupação e ao da Argentina, que passa por uma séria crise econômica.

– Durante o meu mandato, tratarei de políticas que causam impacto social, aquelas que possam ter resultados efetivos. São políticas que podem ter efeito concreto na diminuição do desemprego e do emprego precário no Brasil e que permiti-



João Ribeiro chamou de “catástrofe social” o desemprego no Brasil

ção que não continuemos apostando todas as fichas apenas no crescimento econômico. Enquanto ele não se viabiliza, não pode ser desculpa para o imobilismo e a falta de criatividade – declarou.

Segundo o senador, no Tocantins algumas experiências com essa finalidade vêm sendo desenvolvidas, dando aos cidadãos, ao mesmo tempo, oportunidade de continuar os estudos e aprender uma profissão. João Ribeiro registrou que a prefeitura de Palmas foi classificada em segundo lugar neste ano no Prêmio Mário Covas, na categoria “Prefeitura Empreendedora”, concedido pelo Sebrae.

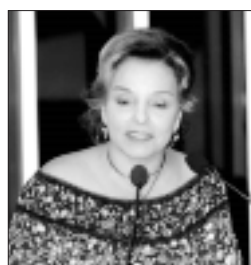
Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) congratulou João Ribeiro pelo tema de seu discurso, já que, segundo seus dados, cerca de 50% da população economicamente ativa está desempregada ou subempregada no Brasil.

Iris: Fome Zero não basta, é preciso dar capacitação

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) advertiu, na sexta-feira, em Plenário, que não basta dar alimentos às pessoas carentes. O programa Fome Zero, disse ela, precisa libertar os brasileiros da prisão da falta de capacitação profissional.

– Se der apenas comida, criará uma multidão de apáticos, facilmente manipuláveis e dependentes do governo até o final de suas vidas. Isso não será bom nem para eles nem para o Brasil – destacou Iris.

A senadora ajudou a executar o Programa de Apoio às Famílias, na gestão Maguito Vilela (1995-1998). “A princípio, foram cadastradas 147 mil famílias e, ao final do governo, 62 mil haviam se desligado por iniciativa própria, dizendo: ‘Obrigado, não preciso mais porque já consegui empre-



Iris de Araújo teme o surgimento de uma “multidão de apáticos”

go e posso cuidar sozinho de minha família”, contou Iris, citando iniciativas que deram mais cidadania a essas pessoas, como cursos de capacitação profissional, regularização de documentos, hortas comunitárias, creches e exigência

de frequência escolar e caderneta de vacinação das crianças.

Em aparte, o senador Almeida Lima (PDT-SE) contestou a afirmação do ministro José Graziano de que não tinha tido tempo de preparar o programa Fome Zero e estava mudando de roupa enquanto andava. “Não é verdade, o PT teve 23 anos para conhecer o país e se preparar para ser governo, e já devia ter elaborado medidas concretas para os maiores problemas do Brasil, como é o da fome”, afirmou.

PT vai propor contribuição de todos

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou que apoiará a proposta de que todos os brasileiros contribuam para o programa Fome Zero com R\$ 1 para cada R\$ 1.000 de salário (0,1%). A idéia será apresentada na próxima semana por um deputado do PT.

– Será uma contribuição simbólica, mas poderá engajar todos os assalariados brasileiros na campanha do governo Lula para erradicar a fome do país – declarou.

Paim reafirmou sua idéia de que não basta ao governo levar comida à população pobre. “Isso é importante numa emergência, mas

defendemos também o emprego e a renda para essas populações, pois apenas a marmita não dará dignidade às pessoas”, observou.

O senador não pôde participar da reunião do Senado que ouviu o ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, porque esteve de licença médica por dez dias, internado em hospital da Rede Sarah Kubitschek para tratamento de uma hérnia de disco e de problemas de pressão. Por essa razão, explicou, não pôde participar, no Palácio do Planalto, da cerimônia da posse de Matilde Ribeiro na Secretaria Especial de Po-

líticas de Promoção da Igualdade Racial, mas aplaudiu o governo pela decisão de criar a secretaria, mostrando “o compromisso do presidente Lula de combater o racismo no país”.

Paim disse ter ficado surpreso com a qualidade do tratamento recebido no Sarah Kubitschek. “Na fila, o paciente do meu lado, um trabalhador da construção civil, teve o mesmo atendimento que um senador”, relatou. Paulo Paim sustentou que os hospitais da Rede Sarah são exemplo do tipo de hospital que ele gostaria de ver em todo o país.

Arthur Virgílio cobra MP do novo mínimo para vigorar em abril

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), pediu na sexta-feira ao presidente Lula da Silva o envio imediato ao Congresso Nacional da medida provisória (MP) que trata do reajuste do valor do novo salário mínimo, para que ela entre em vigor no dia 1º de abril.

Ele lembrou que a antecipação da data de maio para abril para que o novo mínimo começasse a vigorar foi sugestão do próprio PT, acolhida pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Daí estranhar a posição do governo, que até agora não sinalizou que remeterá a MP ao Legislativo, confirmando a antecipação do reajuste em 30 dias.

– Será uma incoerência do governo reajustar os valores do novo salário mínimo no dia 1º de maio, porque tanto o PT como o próprio Lula, quando estavam na oposição, sempre lutaram e defenderam a entrada em vigor do reajuste do mínimo no dia 1º de abril – observou o senador.

Se o governo optar pelo reajuste na data histórica de 1º de maio, Arthur Virgílio disse que ele “estará desrespeitando” milhões de trabalhadores. Segundo o líder do PSDB, o país atingiu tamanha maturidade política que nenhum governo tem o direito de tratar o trabalhador como massa de manobra.

Arthur Virgílio reconheceu que a antecipação da vigência do novo valor do salário mínimo acarreta custos adicionais aos cofres públicos, mas oferece ganho real aos assalariados e representa uma conquista dos trabalhadores brasileiros.



Arthur Virgílio lembrou que PT propôs mudança no ano passado

Paim defende reajuste em maio do salário e das aposentadorias

Em resposta à indagação do senador Arthur Virgílio (veja a reportagem ao lado), o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), defendeu em Plenário que no dia 1º de maio de todo ano seja reajustado “não apenas o salário mínimo, mas também as aposentadorias e pensões”. O senador lembrou ter criticado, “em dezenas de discursos”, quando deputado, a medida provisória que antecipou de 1º de maio para 1º de abril a data de reajuste, porque o governo havia também adiado para junho a correção dos benefícios do INSS superiores ao salário mínimo.

– Ainda defendo que o aumento seja dia 1º de maio, data histórica e Dia Internacional do Trabalho e que o reajuste das aposentadorias seja antecipado de junho para maio. Sou da base do governo Lula e continuo defendendo um aumento do mínimo para 100 dólares. Se não for possível agora, que seja no segundo ano do governo – sustentou.

Paim explicou que tem insistido para que o Congresso discuta e vote em primeiro lugar a reforma tributária, por entender que é a partir dela que se saberá de quanto dinheiro o governo disporá. Disse que todos os constituintes de 1988, inclusive ele (deputado à época), “sabiam que em breve haveria 1,4 trabalhador para cada aposentado do INSS”.

– Por isso, os constituintes colocaram outras cinco fontes de financiamento da Previdência, além da arrecadação sobre salários. O problema existe porque não se repassa à Previdência o que ela tem direito.



Para Paim, a data histórica de 1º de maio é mais adequada